

O futuro é outro

Cúpula dos Povos rejeita a economia verde aprovada como importante instrumento para o desenvolvimento sustentável

► Por Roberto Villar Belmonte, do Rio

extraclasse@sinprors.org.br

A Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), que reuniu no Rio de Janeiro representantes de 191 países entre 20 e 22 de junho, produziu uma declaração final considerada fraca, sem ambição, sem mudanças substanciais que pudessem justificar seu título, *O Futuro que Queremos*. A economia verde, um dos temas centrais da negociação, ficou sem definição, por falta de acordo. Mas passou a fazer parte da agenda internacional “como um dos instrumentos mais importantes disponíveis para alcançar o desenvolvimento sustentável”.

Já na *Cúpula dos Povos por Justiça Social e Ambiental*, evento paralelo à Rio+20 realizado no Aterro do Flamengo entre 15 e 22 de junho por movimentos sociais e organizações da sociedade civil, por onde circularam mais de 300 mil pessoas, de diversos países, a economia verde foi denunciada e rejeitada em todas as assembleias, plenárias e marchas que pararam o centro do Rio de Janeiro, e também em boa parte das cerca de 800 atividades autogestionadas realizadas em tendas armadas ao longo do parque, um cartão postal com a assinatura de Burle Marx.



Foto: © Spectral Q/Chico/Paulo divulgação

Manifestação contra barramento dos rios, no dia 19 de junho na Praia do Flamengo, no Rio, por cerca de 1,5 mil participantes da *Cúpula dos Povos*, entre eles índios da Amazônia afetados pela construção de hidrelétricas

“A dita ‘economia verde’ é uma das expressões da atual fase financeira do capitalismo que também se utiliza de velhos e novos mecanismos, tais como o aprofundamento do endividamento público-privado, o superestímulo ao consumo, a apropriação e concentração das novas tecnologias, os

mercados de carbono e biodiversidade, a grilagem e estrangeirização de terras e as parcerias público-privadas, entre outros”, denuncia a declaração final da *Cúpula dos Povos*, considerada por muitos ambientalistas tão genérica como o documento apresentado pela ONU.



Foto: Roberto Villar Belmonte

PARALELO

Inimigo comum

Na avaliação do economista João Pedro Stédile, da Via Campesina, a *Cúpula dos Povos* foi um espaço importante de confluência de ideias. Mais do que documentos, convergiram vontades políticas para botar energia contra um inimigo comum, o capital financeiro e as corporações internacionais “que vem ao Brasil e à América Latina para se apoderar dos recursos naturais, provocando desequilíbrios ambientais e problemas para toda população”.

Ele argumenta que é preciso se rebelar contra isso, pois “a economia verde é um fetiche. Uma falsa propaganda que alguns estão querendo usar para dizer que é possível ter um capitalismo sustentável, mas como modo de produção é impossível, porque o capitalismo é predador. Bancos, pe-

trolíferas e mineradoras estão ‘cagando e andando’ para a economia verde. Eles querem é lucro”, afirmou Stédile, sem meias palavras.

Marcio Pochmann, professor de Economia da Unicamp, afirmou em debate da Fundação Perseu Abramo que “vivemos as melhores condições de superação do capitalismo”. Destacou que há três tipos de modelo de sociedade em debate. Um pós-desenvolvimentista, presente no discurso do Equador e da Bolívia, que defende a volta a uma sociedade agrária, o outro é a economia verde associada ao mercado, que poderá fazer o capitalismo evoluir através de uma reforma tributária profunda e da modernização tecnológica, e o terceiro um novo tipo de desenvolvimento humano.

Stédile e Pochmann debateram modelos

CORPORAÇÕES

Lobby excessivo pró-economia verde

Pedro Ivo Batista, um dos coordenadores da *Cúpula dos Povos*, lembra que desde a *Rio 92* muitos acordos e tratados positivos foram firmados. Porém falta vontade política para implementá-los. Para ele, a economia verde é uma solução de mercado para tentar superar a atual crise econômica. Não opinião do ambientalista e ex-dirigente sindical da CUT, “é preciso criar um órgão mundial de meio ambiente forte, com recursos, poder político e um sistema de participação mais democrático, que possa inclusive regular o mercado. Quem precisa de liberdade são os seres humanos”.

A posição da *Cúpula dos Povos* contra a economia verde, explica Lúcia Ortiz, da Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais e do Amigos da Terra Brasil, foi definida a partir da experiência de movimentos que já vinham sendo assediados por instrumentos do mercado de carbono, como o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, criado pelo Protocolo de Kyoto. “Antes de isso ser chamado de economia verde já existia um processo de denúncia e resistência a essas falsas soluções. Também somos contra o Pagamento por Serviços Ambientais”, ressalta.

O sistema das Nações Unidas, que acaba de introduzir formalmente a economia verde na agenda dos governos, está sendo desvirtuado pelas corporações, protesta Lúcia Ortiz, que participa de uma campanha internacional para tentar reverter esta situação. “Estamos lutando para

acabar com o lobby excessivo do setor privado e as parcerias imorais da ONU com empresas para que se crie de fato um sistema legal de denúncia e controle social das corporações. Esperamos uma resposta até o fim do ano”, informa a coordenadora dos Amigos da Terra Brasil.

“O problema não é a ONU, são os países que continuam pensando dentro de suas caixinhas”, opina Paulo Adário, coordenador das campanhas do Greenpeace na Amazônia. Para ele, “a economia verde deveria ser aquela que gera emprego, renda e desenvolvimento, mas que tem a proteção ambiental como eixo fundamental”. O Greenpeace nunca foi anticapitalista. Na *Rio 92*, a principal ação deles, de grande repercussão, foi a divulgação de um relatório inédito sobre maquiagem verde de grandes empresas. Na *Rio+20*, defenderam o desmatamento zero na Amazônia.

Já os índios presentes na *Cúpula dos Povos*, com apoio de entidades estrangeiras como a Amazon Watch, protestaram fortemente contra os impactos sociais e ambientais da usina hidrelétrica de Belo Monte. Diversas ONGs socioambientais, que foram minoria na *Cúpula dos Povos*, entre elas a SOS Mata Atlântica, vista por João Pedro Stédile como uma entidade de “burgueses reformistas”, realizaram um concorrido evento com o objetivo de reorganizar a luta contra o afrouxamento das regras do Código Florestal, ainda em discussão no Congresso Nacional.

1992-2012

Ontem e hoje

A *Rio 92* e a *Rio+20* foram realizadas no Rio-centro e lançaram novos conceitos. Depois da primeira, o mundo começou a falar de desenvolvimento sustentável, hoje, em economia verde.

A semelhança acabou aí. A *Rio 92* foi preparada com muito mais tempo e teve como resultado propostas ambiciosas, não apenas voluntárias, como a Agenda 21 e a Declaração do Rio, mas também duas convenções que viraram lei nos países signatários, a de mudança do clima e a de diversidade biológica. Já os resultados da *Rio+20* deixaram a desejar. Outra diferença. “Os desastres ambientais sequer foram citados na Agenda 21 de 1992, e agora, na declaração final da *Rio+20* a redução do risco de desastres é tratada em vários parágrafos”, lembrou Badaoui Rouhban, diretor da Unesco. Desde 1992, segundo a ONU, 4,4 bilhões de pessoas foram afetadas por desastres, 1,3 milhão morreram. Eventos climáticos extremos estão ficando frequentes.

“Na *Rio 92*, os ambientalistas e cientistas reunidos no *Fórum Global* discutiam todos os temas tratados na conferência oficial. Muitos documentos com propostas alternativas foram produzidos”, recorda Francisco Milanez, presidente da Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiental Natural (Agapan). O tema ambiental era assunto das ONGs ambientalistas e conservacionistas, os demais movimentos sociais muito pouco tinham a dizer sobre o tema. A *Cúpula dos Povos* mostrou que não é mais assim.

CONSERVADORES

Sistema capitalista patriarcal, racista e homofóbico

“A *Cúpula dos Povos* é o momento simbólico de um novo ciclo na trajetória de lutas globais que produz novas convergências entre movimentos de mulheres, indígenas, negros, juventudes, agricultores familiares e camponeses, trabalhadores, povos e comunidades tradicionais, quilombolas, lutadores pelo direito à cidade, e religiões de todo o mundo”, diz a declaração final da *Cúpula dos Povos*. O movimento ambientalista, protagonista do *Fórum Global* em 1992, não é citado.

“A *Rio+20* repete o falido roteiro de falsas soluções defendidas pelos mesmos atores que provocaram a crise global. À medida que essa crise se aprofunda, mais as corporações avançam contra os direitos dos povos, a democracia e a natureza, sequestrando os bens comuns da humanidade para salvar o sistema econômico-financeiro. As múltiplas vozes e forças que convergem em torno da *Cúpula dos Povos* denunciam a verdadeira causa estrutural da crise global: o sistema capitalista patriarcal, racista e homofóbico”.



Foto: Marcello Casal/ABr

Manifestação contra o Código Florestal em defesa dos bens comuns e contra a mercantilização da vida, realizada na avenida Rio Branco, com a participação de estudantes e representantes de movimentos sociais

“A defesa dos espaços públicos nas cidades, com gestão democrática e participação popular, a economia cooperativa e solidária, a soberania alimentar, um novo paradigma de produção, distribuição e consumo, a mudança da matriz ener-

gética são exemplos de alternativas reais frente ao atual sistema agro-urbano-industrial”. A íntegra da declaração final com os eixos de luta definidos pela *Cúpula dos Povos* no Rio de Janeiro está disponível no site <http://rio2012.org.br>.

AMBIENTE



Foto: Fábio Rodrigues Pozzebom/Abn

Jovens e representantes de entidades civis de todo o mundo fizeram manifestação para pressionar líderes

CRÍTICA

Insustentável é a pobreza

► Por Clarinha Glock, do Rio de Janeiro

extraclasses@sinprors.org.br

Criticado por intelectuais, políticos e integrantes de ONGs por sua superficialidade e generalizações, o documento final da *Conferência sobre*

Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas (ONU), a *Rio+20*, teve pelo menos um ponto positivo: colocou novamente na pauta do dia do mundo as questões ambientais e lembrou que elas estão diretamente relacionadas à má

distribuição de renda e à pobreza decorrente deste sistema.

Durante pouco mais de uma semana, no Brasil só se falou nisso: seja nos eventos paralelos, como a *Cúpula dos Povos* instalada pelos movimentos sociais no Aterro do Flamengo, como na megaexposição *Humanidade 2012* promovida pelo empresariado no Forte de Copacabana, e principalmente nas cerimônias oficiais no Riocentro.

O trânsito parou para ouvir os protestos, e mesmo quem não queria saber do assunto, mas passou pela Cinelândia, pelo menos deu uma espiada nos painéis do fotógrafo francês Yann Arthus-Bertrand sobre a Terra vista do Céu, em que fotos e textos resumem os principais problemas decorrentes do progresso desenfreado e desumano. Pela primeira vez, a sociedade foi chamada a contribuir para um evento deste porte da ONU através da internet, votando nos temas que seriam retomados nos *Diálogos sobre Desenvolvimento Sustentável* durante o evento do Riocentro. Nas ruas, gente que nunca pensou em ecologia passou a opinar sobre o tema. E gente que sabia do que se tratava se animou a levar a família para conhecer mais. “Acho que a *Rio+20* vai ser um embrião. Há muito para discutir ainda”, previu o químico Julio Cesar Correia, 53 anos, que trabalha como pesquisador do Centro de Tecnologia Mineral do Ministério da Ciência e Tecnologia, transformando resíduos de rochas ornamentais em fertilizantes e asfalto. Ele aguardava há quase 2 horas na fila para entrar com a esposa, a bióloga Cristina, e os dois filhos adolescentes, na exposição *Humanidade 2012* do Forte de Copacabana. No horário do pico, o tempo de espera chegou a 4 horas. Mas as pessoas não saíram da fila. Três temas críticos despontaram no documento final: Oceanos, Mulheres e Indígenas.

ESFORÇO

Proteção para oceanos e mares

O texto final da *Rio+20* adia as decisões e medidas de proteção sobre Oceanos e Mares para o futuro. Entre os 20 itens referentes ao tema, está um que afirma: os governantes apoiam o processo de avaliação das condições do meio marítimo em escala mundial, incluindo aspectos socioeconômicos estabelecidos no marco da Assembleia Geral, e esperam “com interesse” que se conclua a primeira avaliação em nível mundial em 2014 para seu posterior exame pela Assembleia. Segundo o documento, os governos reconhecem que há uma preocupação com a biodiversidade de mares e oceanos, afetada negativamente pela contaminação, sobretudo de detritos como plásticos, metais pesados, compostos nitrogenados e contaminantes orgânicos persistentes. Comprometem-se a tomar medidas para reduzir a incidência e os efeitos

dessa contaminação mediante a aplicação efetiva dos convênios adotados no marco da Organização Marítima Internacional (OMI) e o seguimento ao Programa de Ação Mundial de proteção ao meio marinho. Mas o prazo para tomar medidas baseadas nos dados científicos colhidos para reduzir os detritos e prevenir danos vai até 2025.

José Truda Palazzo, vice-presidente do Instituto Augusto Carneiro e presidente da Rede Costeiro-Marinha e Hídrica do Brasil, diz que é preciso seguir pressionando para que a ONU efetivamente crie um regime de conservação da biodiversidade de alto-mar nos próximos dez anos e para que o Brasil e outros países atrasados cumpram de fato as metas de conservação e criação de áreas protegidas assumidas perante a Convenção da Diversidade Biológica e nunca

cumpridas. Palazzo reconhece que houve um esforço muito grande, por um lado, de diplomatas preocupados com o tema, e de outro de grandes figuras da conservação marinha como Jean-Michel Cousteau e Sylvia Earle, além de chefes de Estado dos países insulares como Mohamed Waheed, presidente das Maldivas, que tentaram influenciar para melhorar o processo, com pouco sucesso. “Infelizmente o governo brasileiro preferiu atender aos interesses dos Estados Unidos, Japão, Canadá e Rússia, que bloquearam qualquer avanço significativo – o documento final é apenas um apanhado de generalidades que não compromete ninguém a nada. Mais uma vez a política errática e equivocada do atual governo para o plano internacional se sobrepôs à lógica e à boa diplomacia”, acredita.

DEBATES

Desprestigiadas, mulheres lideraram

Mesmo pouco contempladas no documento oficial, mulheres lideraram as discussões. A começar pela presidenta do Brasil, Dilma Rousseff, que abriu e fechou o encontro, os principais protagonistas da *Rio+20* foram as mulheres. Coube a outra política, a secretária de Estado norte-americana Hillary Clinton, afirmar, em sua meteórica passagem pelo Rio de Janeiro no último dia do evento, o que todos já reclamavam. Em seu discurso, Hillary disse que para atingir as metas de desenvolvimento sustentável é necessário garantir os direitos reprodutivos das mulheres, que devem poder tomar decisões sobre *se e quando* querem ter filhos. Hillary tocava assim na polêmica substituição do termo “direitos reprodutivos” por “saúde reprodutiva” do documento final, troca feita sob pressão de representantes do Vaticano.

“Saúde reprodutiva engloba só maternagem. E nós defendemos os direitos sobre nosso corpo. Mas para o Vaticano, falar em direitos reprodutivos é falar em aborto”, explicou a jornalista Rosmari de Castilhos, da coordenação nacional da Rede de Mulheres em Comunicação. Para Rosmari, o principal resultado da *Rio+20* foi a maior conscientização das pessoas, e o impulso que isso vai gerar nos movimentos sociais. Na marcha que reuniu em

torno de 5 mil pessoas pelas ruas do Rio de Janeiro no dia 18 de junho de 2012 participaram mulheres indígenas, negras, feministas, femininas, homo e heterossexuais, latinas, europeias, americanas, de religião afro, camponesas, sem terra e profissionais liberais, jovens e velhas, ousadas de peitos de fora, ou recatadas com burkas. No mesmo dia, Michele Bachelet, diretora executiva da ONU Mulher e ex-presidente do Chile, e Gro Harlem Brundtland, ex-primeira-ministra da Noruega, afirmavam no Riocentro a necessidade de direitos iguais para as representantes do sexo feminino na luta rumo ao desenvolvimento sustentável.

Em todas suas nacionalidades, etnias e cores, as mulheres denunciaram a violência que abusa e mata, a discriminação no local de trabalho, as mortes por complicações do parto e da gravidez, e o papel das agricultoras que há muito tempo conhecem o valor da produção sem agrotóxicos e da soberania alimentar feita dentro da comunidade e para seu consumo, sem desperdícios ou perdas. A valorização da agricultura familiar é justamente o que propôs o secretário-geral da ONU, Ban Ki-Moon, no lançamento do plano de Fome Zero em nível mundial durante a *Rio+20* como uma estratégia para enfrentar as crises provocadas por mudanças climáticas.

DESENVOLVIMENTO

Indígenas criticam



Francisca Navantino

Um dia antes do encerramento da *Rio+20*, um grupo de indígenas *Xikrin* e *Juruna* invadiu o canteiro de obras da Usina Hidrelétrica Belo Monte, no rio Xingu, em Altamira, norte do Brasil. Os indígenas decidiram partir para a briga para chamar a atenção sobre a destruição de sua

cultura, fontes de alimentação, transporte, água e biodiversidade com a barragem. Argumentam que não foram feitas ações de compensação dos impactos do projeto, e pedem a suspensão imediata. Durante a *Rio+20*, mais de uma vez questionado sobre o tema, o secretário-geral da presidência da República, Gilberto Carvalho, afirmou que Belo Monte não vai parar e que o governo está tomando providências para diminuir os efeitos negativos.

Para os indígenas, Belo Monte simboliza uma discussão histórica sobre o desenvolvimento que se quer para o país. “É a porta de entrada para outros empreendimentos”, teme Sônia Guajajara, da direção nacional da Articulação dos Povos Indígenas. Num Brasil em que a principal preocupação dos povos originários ainda é a posse de terra – ameaçada recentemente com o Código Florestal e com a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 215/2000, que passa para o Congresso Nacional a aprovação de demarcação de terras ocupadas pelos índios e a ratificação de demarcações já homologadas –, e em que a saúde é descrita como um caos, os protestos na *Rio+20* não poderiam deixar de abordar estes temas. Raoni, Damião Paradnazé e outras lideranças da América Latina se uniram na luta por direitos. “Se a gente não grita, a situação fica pior. Talvez não se consiga avançar, mas pelo menos temos visibilidade no campo internacional”, acredita Sônia.

Francisca Navantino, a *Chiquinha Pareci*, de Tangará da Serra, no norte do Mato Grosso, descreveu como os *Enawenawe* estão perdendo suas tradições depois da construção das usinas hidrelétricas no rio Juruena, próximo a suas áreas. Os peixes, que são a base de sua alimentação e de seus rituais, desapareceram. “A Funai está comprando peixes de aquário para dar para os índios”, contou. Com a mudança de hábitos vieram problemas como diarreia, estresse, gripes. Em outras áreas, o plantio de soja provocou o desmatamento e a contaminação por agrotóxico. Os *Cinta Larga*, por sua vez, sofrem com a poluição causada pelas mineradoras na região.

Munidos de arcos e flechas, muitos com pinturas pelo corpo, os indígenas da *Cúpula dos Povos* fizeram uma caminhada no centro do Rio de Janeiro que acabou na frente da sede do BNDES, banco que financia obras como a de Belo Monte.

Dilma Rousseff no encerramento da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a *Rio+20*

SIMPLES

Carta das crianças é melhor do que texto final

Nem chefes de Estado, nem movimentos sociais conseguiram fazer um documento tão direto como a Carta das Crianças para a Terra. Promovido pela Fundação Xuxa Meneghel, o projeto pretende ser o piloto de uma rede nacional infantil sobre sustentabilidade. Elaborada por 90 crianças, a carta foi entregue à ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira. Reivindicam receber informação e distinguir o certo do errado. Para a comunidade, os conselhos incluem jogar lixo no lugar adequado. “Temos direito ao ar puro e não contaminado por fábricas e agrotóxicos”, afirmaram. Também indicaram usar sacolas de pano e não de plástico, e fazer mutirões comunitários para plantar e replantar. Melhorar a rede de esgoto, porque traz doenças; evitar o desperdício da água; acabar com o desmatamento e não matar animais para fazer bolsas e chinelos são outros pedidos. “Todos os carros deviam ser ecológicos, e o combustível, orgânico”, acrescentaram. Às famílias exigiram diálogo e respeito, para não sofrerem com a violência, o abuso sexual e o trabalho infantil. À sociedade, o fim dos preconceitos e a proteção contra as drogas. “que as famílias tenham condições de abrigar seus filhos porque, sem oportunidades, os pais nos prejudicam”, reiteraram. A ministra se empolgou: “As crianças fizeram um sumário que muitos chefes de Estado não conseguiram. São pedidos de luta pela erradicação da pobreza e para assegurar empregos para todos”.